

CARTA ABERTA DO RECIFE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Os secretários do Trabalho do Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, ao lado de nomes que comandam as Agências do Trabalho em todo o Brasil, reunidos no Recife, em Pernambuco, no dia 08 de fevereiro de 2022, posicionam-se, nesta carta, declaradamente contra o corte de pouco mais de um bilhão do Ministério do Trabalho e Previdência Social neste ano, a pasta ministerial mais atingida nos cortes do orçamento federal.

O Fórum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho defende o fortalecimento do Ministério do Trabalho e lamenta que a gestão federal não tenha sensibilidade para perceber que a pandemia na saúde criou outro abismo, um outro tipo de pandemia, com gente no subemprego, sem poder de compra por causa da alta inflação, das demissões e da falta de qualificação profissional. Temos um imenso desafio de sanar este problema e retomar a economia.

Em meio a este cenário, o Fonset deixa clara a posição contra o esvaziamento do Ministério do Trabalho, que, depois de extinto em 2019, foi recriado no ano passado e não estruturado, e protestamos contra a falta de recursos de financiamento para o Sistema Nacional de Empregos (SINE) no Brasil, criado para ajudar na recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho e estabelecer políticas públicas locais e regionais para esse público. Solicitamos, de forma urgente, a institucionalização de direito e de fato do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante a publicação de um instrumento legal que defina com clareza quais sejam as suas competências, prerrogativas e ações. Este ano, foram disponibilizados apenas R\$ 25 milhões para todos os Estados e alguns municípios, de acordo com os critérios de distribuição, alguns entes vão receber menos de R\$ 100 mil.

O SINE, que antes tinha várias atribuições, entre elas captar de vagas, promover qualificação profissional, realizar feiras de emprego, dar orientação profissional, fomentar o empreendedorismo e a economia solidária, emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social, hoje tem praticamente o papel resumido em dois pontos: intermediar mão de obra e habilitar o Seguro Desemprego. Foi necessário que os governos estaduais tomassem providências e garantissem o mínimo funcionamento das Agências do Trabalho nas regiões e nos municípios. Reiteramos que o Sistema Nacional de Emprego nos Estados e seus respectivos municípios foram mantidos através de recursos próprios dos orçamentos estaduais.

Não aceitamos, portanto, que o papel do SINE seja reduzido e minimizado. Tal posição reforça, ainda, o apoio aos trabalhadores mais humildes para que esses possam continuar tendo direito de tirar a Carteira do Trabalho no modelo de papel. Somos, portanto, favoráveis à manutenção da Carteira Digital, mas defendemos o retorno da Carteira do Trabalho de Papel para aqueles que assim quiserem ter seu documento histórico em mãos.

Manifestamos a importância da implementação de políticas públicas voltadas para capacitação e qualificação do trabalhador, considerando que ainda persistem milhões de desempregados, desalentados, que não conseguem uma ocupação comum por falta de capacitação profissional. Os recursos disponibilizados pelo Governo Federal para este fim são irrisórios sendo impossível ser efetiva uma ação contínua de qualificação e capacitação profissional como política de Estado.

Ressaltamos, aqui, a importância do SINE e cobramos o repasse de verbas e financiamento para este órgão, criado em 1975, vindo a se tornar um dos maiores serviços públicos de emprego do mundo. Cabe ao SINE, por exemplo, estabelecer um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a execução da política de emprego, em nível local, regional e nacional; constituir informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego, oferecer informações aos empregadores sobre os recursos humanos disponíveis, instituir condições para que o perfil dos trabalhadores (a oferta de mão de obra) atenda às necessidades do setor produtivo (a demanda de mão de obra). Por fim, os secretários estaduais do Trabalho e gestores do SINE que subscrevem este documento, estão prontos para colaborar e dialogar sobre as medidas propostas, bem como ouvir soluções que possam garantir o mínimo de esperança aos trabalhadores e trabalhadoras.

Assinam:

Alberes Haniery Patrício Lopes/Secretário do Trabalho, Emprego e Qualificação de Pernambuco

Ronaldo Nogueira/Secretário do Trabalho, Emprego e Renda do Rio Grande do Sul

Thales Mendes Ferreira/Secretário de Estado do Trabalho do Distrito Federal

Élder Cintra Bastos/Secretário executivo do Trabalho e Empreendedorismo do Amazonas

Osmar Péricles Nascimento/Subsecretário de Estado do Trabalho, Emprego e Geração de Renda do Espírito Santo

Suellen Glinski Rodrigues dos Santos/Chefe de Departamento do Trabalho e Estímulo à Geração de Renda do Paraná

Isadora Braga/Representante da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social de Roraima

João Rafael Calvo da Silva/Coordenador de Operações de Políticas de Trabalho, Emprego e Renda de São Paulo

Josiane Bezerra Mendes/Representante da Secretaria do Trabalho, da Habitação e Assistência Social do Rio Grande do Norte

Villma Carvalho/Representante da Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba